

## RESUMO - DIREITO PÚBLICO

### **INTERCULTURALIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA: A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM E DA ACESSIBILIDADE REGISTRAL PARA POVOS TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO DE GRAJAÚ/MA**

*Kayla Sousa Barros (ksbarrosadv@gmail.com)*

*Erverson Sousa (erverson.silva@gmail.com)*

*Jordânia Da Silva Santos (santos.jordaniaa@gmail.com)*

*Rhandê Ma ' Aiwan Ribeiro Araujo Guajajara (Rhandemaaiwan@gmail.com)*

O presente estudo aborda a Interculturalidade e a segurança jurídica, investigando a importância da linguagem e da acessibilidade registral para os povos tradicionais do município de Grajaú/MA. O problema de pesquisa reside em questionar: de que maneira a inadequação da linguagem e a baixa acessibilidade dos procedimentos registrais comprometem a segurança jurídica e a efetivação dos direitos territoriais dessas comunidades? O objetivo geral é analisar a relevância da adequação linguística e da facilitação processual do sistema registral imobiliário como instrumentos de garantia da segurança jurídica e da proteção dos direitos dos povos tradicionais. Objetivos específicos incluem identificar as barreiras comunicacionais e procedimentais encontradas por essas comunidades e demonstrar a necessidade de incorporar a

perspectiva intercultural no Direito Registral. A justificativa deste trabalho reside na urgência de debater a efetividade das políticas públicas, como o Provimento 21/2023 do TJMA, no contexto local, argumentando que a simples existência da norma é insuficiente sem a devida tradução e acessibilidade, que são pilares para a concretização do pluralismo jurídico. Quanto à metodologia, a pesquisa possui natureza qualitativa e exploratória, sendo desenvolvida a partir de revisão bibliográfica sobre pluralismo jurídico e direitos territoriais, e análise documental de normativos do Maranhão (TJMA), a fim de propor diretrizes para uma atuação registral efetivamente cidadã.

Palavras-chave: interculturalidade; segurança jurídica; acessibilidade registral; povos tradicionais; grajaú/ma.